

ATA DA 505ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Primeira Subdefensora Pública-Geral, Juliana Garcia Belloque. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno e Pedro Antônio de Avellar. Representando a Apadep, Marco Christiano Chibebe Waller e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. A Presidente iniciou a sessão às 09h50min, invertendo a ordem dos trabalhos, diante da solenidade de posse do Defensor Público Bruno Boni Del Preti. Cumprimentou o novo colega que já atuou como Defensor Público em outro Estado e desejou boas-vindas ao empossado, colocando a Defensoria Geral à disposição para tratar de quaisquer esclarecimentos. Acompanharam os cumprimentos o Conselheiro Octavio Ginez, o Representante da Apadep, Marco Chibebe, a Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori e o Ouvidor-Geral, Alderon Costa. Em seguida passou-se a comunicações da Presidência. Justificou a ausência do Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho, em razão de reunião junto ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, em Brasília, para tratar a ADI nº 5.644, que estava sob sua relatoria, oportunidade em que estiveram presentes o Presidente da Apadep, Leonardo Scofano, o Presidente da Anadep, Antonio Mafezzoli e o Defensor Público Rafael Muneratti. Comunicou que o Defensor-Geral esteve durante toda a semana na Capital Federal junto ao Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) empenhado em buscar emendas sobre a Reforma da Previdenciária no Congresso Nacional. Comunicou sobre a reunião realizada, na última segunda-feira, para tratar das propostas apresentadas no último Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, que contou com a participação dos Núcleos Especializados, Ouvidoria-Geral e a Primeira Subdefensoria-Geral e, nesta oportunidade, os Núcleos puderam apresentar aos delegados as atividades desenvolvidas desde o último ciclo, sendo destacados temas a serem aprovados na Conferência Estadual. Comunicou que a Defensoria Pública-Geral havia recebido uma representação por parte da ONG Conectas Direitos Humanos, que trata do enfrentamento à tortura por parte dos órgãos que compõem o sistema de Justiça e, nesta oportunidade, a ONG havia apresentado um estudo destacando a Defensoria Pública pelo empenho nas tratativas sobre esse tema. Relatou que a pesquisa trazia dados do ano de 2015, abordando somente o início das audiências de custódia, e que muito já se havia avançado através de cursos de capacitação direcionados ao enfrentamento da tortura, destacando que os Núcleos de Situação Carcerária e Cidadania e Direitos Humanos haviam elaborado cartilhas, nos moldes de protocolos internacionais, e disponibilizado a todos os Defensores Públicos. Por fim, relatou que, desde o ano de 2016, a Unidade DIPO tem se empenhado em propiciar mudanças quanto à conduta na apuração dos indícios de tortura, de forma que ao ser confirmada a agressão, através de exame de corpo de delito, se dá a instauração de inquérito policial e, por conta da ampliação das audiências de custódia novos cursos de capacitação, serão realizados para toda a carreira. Em seguida, passou-se às comunicações da Secretaria do Conselho. Justificou-se a ausência do Conselheiro Lucio Mota do Nascimento em razão de férias. Após, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra à primeira inscrita, representante da sociedade civil, Luciana Gross Siqueira Cunha. Ela se manifestou sobre o andamento do processo CSDP nº 542/16 (que disciplina a estrutura e funcionamento da Assessoria Técnica Psicossocial), relatando sua experiência sobre o trabalho realizado pelas Agentes de Defensoria que atuam em prol da interdisciplinaridade na Defensoria Pública, considerando ser este trabalho imprescindível ao cumprimento do objetivo constitucional da Instituição. Citou que, em seu entendimento, o voto vista apresentado pela Conselheira Fabiana Zapata se posicionava contra a extinção da Assessoria Técnica Psicossocial, sendo esta uma ferramenta de instrumentalização do conhecimento de outras áreas jurídicas e fundamental para o atendimento jurídico integral. Ponderou que profissionais da área precisam tratar com horizontalidade as demais carreiras não jurídicas. Por fim, solicitou a realização de audiência pública para tratar sobre o tema, em razão

da importância da realização deste trabalho. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante da Associação dos Servidores Públicos, Brunno Gozzi Candido de Oliveira. Ele se reportou a possíveis críticas apresentadas na última sessão do Colegiado, no que tange à atuação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM) e considerou terem sido estas isoladas de um contexto, sem clareza relativa aos fluxos de trabalho seguidos. Alegou, ainda, ter havido desconsideração quanto à dificuldade em se efetivar a interdisciplinaridade. Defendeu o comprometimento dos Agentes Públicos que atuam nos CAMs e exemplificou que houve a elaboração de material sobre o tema da interdisciplinaridade, tendo os servidores buscado se aperfeiçoarem. Pontuou que o trabalho realizado pelos CAMs é um tema que implica disposição para escuta, diálogo e construção conjunta e, nesse sentido, informou que havia protocolado, junto à Administração Superior, uma solicitação de informação acerca das reclamações dos Centros de Atendimento Multidisciplinares. Por fim, solicitou o agendamento de uma reunião com o Defensor-Geral para tratar de questões remuneratórias e plano de carreira dos servidores. Não havendo mais inscritos, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos, quais sejam: pontuou que a interdisciplinaridade é consensual e fundamental aos objetivos institucionais da Instituição, sobretudo, para melhorias no atendimento aos usuários que procuram nossos serviços. Afirmou que as discussões, no âmbito do processo CSDP nº 542/16, sequer trata da supressão dos CAMs, mas sim da reorganização administrativa dos Agentes em apoio às funções da Administração Superior. Ressaltou que há lei que estipula as funções de membros e servidores e que é preciso reposicionar e reorganizar esse apoio interdisciplinar no âmbito da Administração Superior. Sobre subordinação, esclareceu que todos da Administração Superior são subordinados à Defensoria Pública-Geral e que o trabalho interdisciplinar também o é. Por fim, reiterou que não há discussão sobre a autonomia técnica, mas sobre a atuação do quadro de apoio e sobre a reorganização desse apoio à Administração Superior, visando regulamentar um trabalho integrado, coordenado e conjunto, nos mesmos moldes de como ocorrem com as Assessorias dentro da Instituição. Após, passou-se às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa, relatou sobre o monitoramento das reuniões sobre o V Ciclo de Conferências, bem como a forma de viabilizar uma participação mais efetiva dos delegados, destacando que a Ouvidoria poderia colaborar com as discussões sobre o modelo de monitoramento mais eficiente para os delegados do Estado. Comentou sobre a importância da pesquisa realizada pela ONG Conectas Direito Humanos, inclusive no combate à tortura, e sugeriu que esse material pudesse ser disponibilizado no curso de formação dos Defensores Públicos. O Conselheiro Horácio Xavier manifestou que a Unidade de Mogi das Cruzes, na qual está lotado, havia promovido uma homenagem de despedida ao Defensor Público Gediel Claudino de Araújo Junior, que estava se aposentando naquela semana. Ressaltou que o colega havia se tornado referência em suas construções, tanto na Instituição, como também em diversos outros órgãos de instâncias jurídicas, citando o Executivo e Legislativo, e destacou que ele pregava pela humanização do atendimento aos mais vulneráveis. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou a fala do Conselheiro Horácio Xavier sobre o Defensor Gediel e aproveitou o ensejo para também homenagear o Defensor Público Adenor Ferreira da Silva, que também havia se aposentado e que, assim como Gediel, era ex-Procurador do Estado e que também havia optado pela Defensoria Pública, sendo referência aos demais Defensores Públicos atuantes no Tribunal do Júri. O Conselheiro Luiz Eduardo acompanhou as homenagens dos Conselheiros Horácio Xavier e Pedro Avellar. Cumprimentou a fala da Presidente quanto aos comentários relativos ao processo CSDP nº 542/16, sobretudo quanto ao viés de aperfeiçoamento, considerando que assim haveria o crescimento da Instituição. Mencionou que havia acessado o site da Assembleia Legislativa (Alesp) e obteve a notícia sobre dois projetos voltados à Magistratura, sendo eles: a criação de novos cargos na carreira de Juízes, como também a criação de novos cargos de servidores e concluiu que houve crescimento no Poder Judiciário e que a estrutura orgânica da Defensoria Pública não acompanhava essa métrica. Por fim, ressaltou que a aprovação dos projetos havia se dado sem qualquer resistência de Deputados, lamentando tal discrepância em relação à Defensoria Pública. O representante da Apadep, Marco Chibebe, justificou a ausência do Presidente, Leonardo Scofano, que estava em férias. Salientou que ele esteve presente em reuniões com a Anadep e Condege, em Brasília, e que também se faria presente em reunião com o Ministro, Edson Fachin. Acompanhou a fala do

Conselheiro Luiz Eduardo quanto à criação de novos cargos para a Magistratura e defendeu que a Defensoria Pública necessita de mais Defensores Públicos em seu quadro de apoio. Comunicou que a entidade de classe participaria de um programa na TV Justiça, oportunidade em que trataria sobre o déficit de Defensores Públicos, como também a atuação da Defensoria Pública na situação caótica do sistema prisional. Informou que o Diretor Financeiro da Apadep, Paulo Guardia, também havia se empenhado junto aos Deputados para apresentação de emendas à PEC que trata da reforma previdenciária. O Conselheiro Octavio Ginez indagou à Administração sobre as tratativas junto ao Tribunal de Justiça do Estado no que tange ao Comunicado nº 22/16, que trata de protocolo realizado por advogados solicitando eventuais valores às Prefeituras e ressaltou que o mesmo sequer excepciona os Defensores Públicos. Nesse sentido, solicitou que houvesse correção do comunicado prevendo a expressa atuação de Defensores Públicos. O Conselheiro Alexandre Orsi lembrou que havia solicitado, em sessão anterior, a apresentação do parecer da Assessoria Jurídica, no que tange ao pedido que trata da possibilidade do incremento de 1/10, incorporados aos vencimentos, para os Defensores Públicos que atuaram como Coordenadores ou que estivessem afastados para atuar em cargo de confiança. Após as indagações, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: com relação aos Defensores aposentados, cumprimentou os Conselheiros Horácio Xavier e Pedro Avellar pela homenagem aos Defensores Públicos Gediel Claudino e Adenor Silva e afirmou que ambos contribuíram para a ascensão da assistência jurídica e pelos direitos ao acesso à gratuidade deste serviço. Sobre a fala do Conselheiro Alexandre Orsi, comentou que consultaria a Assessoria Jurídica sobre a elaboração de parecer a respeito do tema. Após, passou-se à ordem do dia. A Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 059/17. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de remoção a pedido. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a lista encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos e homologar o resultado, sendo em seguida remetido à Defensoria Geral para as devidas publicações. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado do certame online, a seguir publicado.

Antiguidade	Defensor Removido	Órgão de Atuação	Contemplação por Cônjuge
541º	Rafael Cardoso Freitas	05ª DP da Unidade Franco da Rocha	Não
542º	Leandro Silvestre Rodrigues e Silva	03ª DP da Unidade Franco da Rocha	Não
551º	Lorena Pereira Santin	01ª DP da Unidade Itaquera	Não
619º	Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro	15ª DP da Unidade Itaquera	Não
643º	Camila Galvão Tourinho	MACRORREGIÃO 1	Não
710º	Carolina Gurgel Lobo	03ª DP da Unidade Infância e Juventude	Não
713º	Patricia Valentim Villela Carvalho	MACRORREGIÃO 3	Não
717º	Lucas Soares e Silva	04ª DP da Unidade Registro	Não

CSDP nº 201/17 (Exceção a pauta). Interessados: Carolina Gurgel Lobo, Gabriela Estabile Bezerra e Thomaz Fiterman Tedesco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O relator leu seu voto no sentido de conhecer do pedido e indeferir a proposta apresentada pelas fundamentações de que não se aplica à modalidade de remoção quando os dois Defensores envolvidos forem de uma mesma macrorregião. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi parabenizou o voto do relator e concordou com os fundamentos expostos. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, conhecer o pedido e indeferir a proposta apresentada. **CSDP nº 360/17 (Exceção a pauta).** Interessado: Ricardo de Sant'Anna Valenti. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: 01ª DP da Macrorregião 5 / Para: Unidade de Santos ou São Vicente). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu seu voto no sentido de aprovar o pedido, condicionado à existência de vagas. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luiz Eduardo pediu vista dos autos, justificando ter um caso idêntico que estava em sua relatoria. A Presidente encaminhou para deliberação, declarando a vista nos termos regimentais. Vista concedida ao Conselheiro Luiz Eduardo de

Toledo Coelho. CSDP nº 008/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator proferiu o voto no sentido de deferir a inscrição de apenas um Defensor em complemento ao quadro de integrantes. Informou que havia diligenciado junto ao Defensor inscrito, pois ele estava designado em outro Núcleo Especializado no momento da inscrição, e este informou que havia optado pelo Núcleo de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial. Nesse sentido, votou pela indicação do Defensor Luiz Eduardo ao Núcleo Especializado de Diversidade e Igualdade e a consequente cessação da designação do interessado no Núcleo de Segunda Instância. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o prazo de inscrições, indicar os/as Defensores/as Públicos/as Luiz Eduardo de Toledo Coelho, para compor o Núcleo Especializado de Diversidade e Igualdade Racial. DELIBEROU ainda, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o pedido de desligamento do Defensor Público Luiz Eduardo de Toledo Coelho como membro do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Impedido o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. CSDP nº 542/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha e Félix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselheiro Leandro de Col leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de discordar, em parte, do voto da Conselheira Fabiana Zapata, apresentando nova minuta com alterações pontuais. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Horácio Xavier acompanhou o voto da Conselheira Fabiana Zapata, levantando alguns argumentos sobre a convalidação do saneamento das irregularidades existentes. O Conselheiro Pedro Avellar discutiu sobre a incompetência de análise pelo Conselho Superior para normatizar uma questão de assessoramento do Defensor Público-Geral e avaliou que o voto da Conselheira Fabiana Zapata segue a regulamentação por uma vertente administrativa. O Ouvidor Alderon Pereira destacou que o parecer apresentado na semana passada pedia que o Colegiado reconhecesse a sua incompetência de tratar sobre o tema e arquivar os autos, sugerindo ao Defensor Geral que mantivesse a atual estrutura da Assessoria Técnica Psicossocial e, subsidiariamente, desse ampla divulgação à sociedade civil sobre as modificações pretendidas. Discordou do voto da Conselheira Fabiana Zapata e esclareceu que a sociedade civil era contra a extinção da ATP, mostrando a essencialidade ao exercício efetivo e livre das atribuições técnicas dos Agentes, visando fundamentar o atendimento jurídico efetivo e integral. O Conselheiro Julio Tanone fez um breve histórico dos pedidos e sugeriu que houvesse a votação fatiada dos mesmos. A Presidente encaminhou para deliberação a questão preliminar, sobre a competência do Defensor Geral. **O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, declarar a competência do Defensor Público-Geral para as alterações pretendidas no texto da Deliberação CSDP nº 187/10.** O Ouvidor Geral, Alderon Pereira, pediu que houvesse a continuação da discussão na próxima sessão, visando amadurecer a questão. A Presidente considerou que a redação final seria apresentada oportunamente, sendo discutidas apenas as questões divergentes. Após as discussões, a Presidente encaminhou para debate o voto condutor da Conselheira Fabiana Zapata, iniciando pela alteração do artigo 5º da Deliberação CSDP nº 187/10, com os respectivos incisos. A Presidente encaminhou para deliberação sobre o inciso I, sendo aprovada por unanimidade, a seguinte redação: *“I- Sugerir propostas de regulamentação de técnicos à Coordenação de Atendimentos Multidisciplinar”*. Em seguida, a Presidente encaminhou para discussão a redação do inciso II, onde a redação apresentada pela Conselheira Fabiana Zapata sugeria *“II- prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, bem como apoio ao atendimento realizado por servidores, estagiários e Ouvidoria-Geral, neste caso, a partir de fluxo de atendimento e critérios firmados pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar”*. Destacou que o Conselheiro Leandro Loss sugeria a redação *“Prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, e, mediante determinação expressa da coordenação regional do CAM ou do atendimento inicial especializado, a servidores, estagiários, a Ouvidoria-Geral e aos demais centros de atendimento multidisciplinar”*. Após as discussões, a Presidente encaminhou

para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar entendeu que não houve mudança apresentada pelo Conselheiro Leandro Loss e considerou que a redação estava boa, mas entendeu que o texto proposto pela Conselheira Fabiana Zapata havia aperfeiçoado a redação. A Presidente contribuiu com a discussão, tecendo esclarecimentos sobre a situação em regionais com mais de cem Defensores atuantes. A Corregedora Ana Paula considerou que a burocracia poderia piorar a atuação na base. O Conselheiro Horácio Xavier considerou que o fluxo deve ser realizado pelo Coordenador, devendo a redação ser sintética, e sugeriu a seguinte redação: “II- prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, a partir de fluxo de atendimento, critérios firmados pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar”. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira ponderou que o CAM deve servir a toda Defensoria, não exclusivamente ao atendimento e avaliou que a temática segue uma discussão acirrada numa linha burocrática. Após a discussão, a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade a redação sugerida pelo Conselheiro Horácio Xavier, que foi aderido pelo Conselheiro Leandro Loss e a Conselheira Fabiana Zapata com a seguinte redação: “II- prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, a partir de fluxo de atendimento e critérios firmados pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar”. Em seguida, a Presidente encaminhou para discussão à próxima divergência, onde o Conselheiro Leandro Loss sugeria retomar a redação do texto suprimido na época da deliberação da normativa em 2014. Após a discussão, a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, vencido o Conselheiro Leandro Loss, manter as revogações, e aprovar a seguinte deliberação “III – elaborar estudos, informações e pareceres sobre matérias específicas, respeitada a respectiva área do conhecimento, resguardadas a autonomia técnica e o sigilo profissional”. Em seguida, a Presidente encaminhou para discussão a próxima divergência, onde no voto da Conselheira Fabiana Zapata sugeria a redação ao inciso XI: “Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, servidores e estagiários, encaminhando-o também à Assessoria Criminal e à Assessoria Cível e Infracional da Defensoria Pública-Geral” e o Conselheiro Leandro Loss sugeria a redação “XI – Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, sendo resguardado o sigilo profissional”. Após as discussões, a Presidente encaminhou para deliberação, e após consenso, aprovou por unanimidade a redação sugerida pela Conselheira Fabiana Zapata, a qual seja: “XI – Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, servidores e estagiários, encaminhando-o também à Assessoria Criminal e à Assessoria Cível e Infracional da Defensoria Pública-Geral”. Após, a Presidente encaminhou para discussão a próxima questão, relativa ao voto condutor da Conselheira Fabiana Zapata, onde sugeria a revogação do inciso XIII. Em seguida, encaminhou para discussão, sendo aprovada por unanimidade, a seguinte redação: “Revogue-se o inciso XIII do art. 5º da Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010”. Posteriormente, a Presidente encaminhou a situação divergente, que a Conselheira Fabiana Zapata, que sugeria a seguinte redação “XXII– manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações, bem como preservar o sigilo das informações colhidas”. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo acolhido pelo Conselheiro Leandro Loss, aprovar por unanimidade, a redação sugerida pela Conselheira Fabiana Zapata a seguinte redação: “XXII– manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações, bem como preservar o sigilo das informações colhidas”. Após, a Presidente encaminhou para discussão a redação do inciso XXII, onde a Conselheira Fabiana Zapata sugeria a redação “XXII – elaborar relatórios estatísticos, quantitativos e qualitativos das atividades mensalmente desenvolvidas, de acordo com modelo a ser definido pela Assessoria Cível e pela Assessoria Criminal e Infracional.” Em seguida, a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos da sugestão da Conselheira Fabiana Zapata. Após, a Presidente encaminhou para discussão a redação do inciso XXIII, onde o Conselheiro Leandro Loss sugeriu “XXIII – atuar, quando determinado pelo órgão de execução respectivo, para a melhoria dos serviços prestados por instituições ou programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, em observância à garantia de seus direitos”. A Presidente encaminhou para discussão e deliberou-se, por unanimidade, manter a redação original. Após, não havendo mais divergências ao voto condutor da Conselheira Fabiana Zapata, a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por

unanimidade, aprovar a minuta de deliberação, sendo apresentada oportunamente. O Ouvidor Alderon Pereira sugeriu abrir consulta pública para os envolvidos se manifestarem sobre a alteração. A Presidente informou que a Primeira Subdefensoria Pública-Geral pretendia dialogar com os agentes sobre a modificação da deliberação. Em suma, a Presidente declarou a decisão do Colegiado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto vista da Conselheira Fabiana Botelho Zapata, aprovar a proposta, a qual encampou os complementos trazidos no voto do Conselheiro Leandro de Col Loss e nascidos na discussão, nos termos da Deliberação CSDP nº 336, de 23 de fevereiro de 2017, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 137/17. Interessado/a: Thiago Soares Piccolotto. Assunto: Impugnação de todos os editais do concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselheiro Luiz Eduardo leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de acolher a impugnação, determinando-se a republicação de todos os editais dos concursos de promoção do ano de 2017, considerando, em todos, o número de cargos existentes e não apenas os cargos providos. A Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Ana Paula, relatora dos autos, aderiu o voto do Conselheiro Luiz Eduardo. O Conselheiro Horácio Xavier adiantou o voto aderindo também ao voto da vista, nos termos do artigo 40, §1º do regimento interno. O Conselheiro Pedro Avellar considerou que o voto da relatora era irrepreensível e descreveu que em anos anteriores como de 2010, 2011, 2013 e 2014 os níveis substitutos tinham sido esgotados em editais. O Conselheiro Alexandre Orsi registrou o pedido para que constasse a declaração de seu voto, no sentido de acolher a impugnação, nos termos do voto do Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Acompanhou a declaração de voto o Conselheiro Leandro de Col Loss, Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou o voto vista, mas reservando-se a vinda do voto vista da administração superior. Acompanhou o Conselheiro Julio Cesar Tanone. Por fim, a Presidente declarou o resultado. Vista concedida ao Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. Declararam votos, acompanhando o voto vista do Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho, os Conselheiros Horacio Xavier Franco Neto, Leandro de Col Loss, Alexandre Orsi Netto e Octavio Ginez de Almeida Bueno. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h58min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela

Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado/a: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por

unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas PampanaBasoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

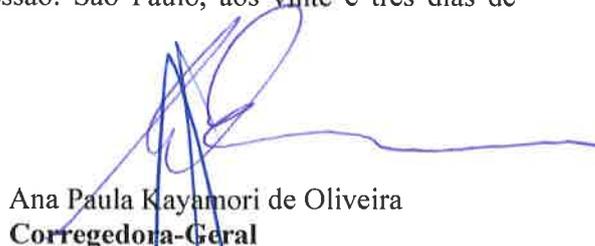
sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecília Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 420/16. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores, membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 423/16. Interessado/a: Daniely Maria VaianoGlens. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado no exterior, no período de 30 de agosto de 2016 a 03 de março de 2017. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a

próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2016 / 2017. Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 529/16. Interessado/a: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (abril a setembro de 2016). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 533/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a julho de 2016). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 534/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a julho de 2015). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/17. Interessado/a: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 020/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 025/17. Interessado/a: Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 24 meses. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 361/17. Interessado/a: Rafaela Augusta de Almeida. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado "Pós-Graduação em Ciência da Informação", no período de 20 de março a 30 de junho de 2017. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e

a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 063/14. Interessado/a: Laura Sarti Cortes. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 090/14. Interessado/a: Rafaela Soares Mourao Sousa. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Leandro de ColLoss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. A Presidente deu por encerrada a sessão às 13hmin. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, aos vinte e três dias de fevereiro do ano de 2017.



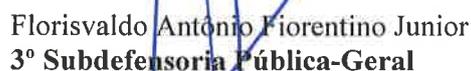
Juliana Garcia Belloque
Presidente



Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedora-Geral



Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral



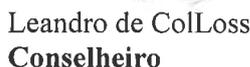
Florivaldo Antonio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral



Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



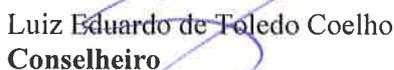
Horacio Xavier Franco Neto
Conselheiro



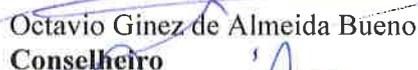
Leandro de ColLoss
Conselheiro



Julio Cesar Tanone
Conselheiro



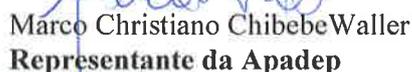
Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Marco Christiano Chibebe Waller
Representante da Apadep



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral

